



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE**  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

**Procurador-Geral de Justiça**

José Rony Silva Almeida

**Corregedor-Geral**

Carlos Augusto Alcântara Machado

**Coordenadora-Geral**

Ana Christina Souza Brandi

**Ouvidora**

Maria Conceição de Figueiredo Rolemberg

**Colégio de Procuradores de Justiça**

José Rony Silva Almeida (Presidente)  
Moacyr Soares da Mota  
José Carlos de Oliveira Filho  
Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça  
Rodomarques Nascimento  
Luiz Valter Ribeiro Rosário  
Josenias França do Nascimento  
Ana Christina Souza Brandi  
Celso Luís Dória Leó  
Maria Conceição de Figueiredo Rolemberg  
Carlos Augusto Alcântara Machado  
Ernesto Anízio Azevedo Melo  
Jorge Murilo Seixas de Santana (Secretário)  
Paulo Lima de Santana (Suplente do Secretário)  
Eduardo Barreto d'Ávila Fontes

**Secretário-Geral do MPSE**

Manoel Cabral Machado Neto

**Assessor-Chefe do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça**

Eduardo Barreto d'Ávila Fontes

**Escola Superior do Ministério Público de Sergipe**

Diretor-Geral: Newton Silveira Dias Junior

Coordenador de Ensino: Newton Silveira Dias Junior

**Conselho Superior do Ministério Público**

José Rony Silva Almeida (Presidente)  
*Procurador-Geral de Justiça*  
Carlos Augusto Alcântara Machado  
*Corregedor-Geral*

**Membros**

Ana Christina Souza Brandi  
Eduardo Barreto d'Ávila Fontes  
Paulo Lima de Santana  
Manoel Cabral Machado Neto  
*Secretário*

**SEQUÊNCIA DOS ÓRGÃOS / PUBLICAÇÕES**

1. Procuradoria Geral de Justiça
2. Colégio de Procuradores de Justiça
3. Conselho Superior do Ministério Público
4. Corregedoria Geral do Ministério Público
5. Coordenadoria Geral do Ministério Público
6. Ouvidoria do Ministério Público
7. Procuradorias de Justiça
8. Promotorias de Justiça
9. Centro de Apoio Operacionais
10. Escola Superior do Ministério Público
11. Secretaria Geral do Ministério Público/Diretorias



## 1. PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

(Não houve atos para publicação)

## 2. COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

### Resoluções

RESOLUÇÃO Nº 033/2017 - CPJ

DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Outorga ao Doutor José Gílton Pinto Garcia o Colar do Mérito "TOBIAS BARRETO".

O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE, na forma do art. 36, inciso XV, da Lei Complementar nº 02/1990, e

Considerando que o Doutor José Gílton Pinto Garcia, ilustre homem público sergipano, com um inestimável currículo, projetou-se no cenário político estadual e nacional;

Considerando que após a edição da Lei Estadual nº 2.257, de 16 de abril de 1980, que criou a Procuradoria-Geral da Justiça do Estado de Sergipe, e os cargos de Procurador-Geral da Justiça, Procuradores de Justiça, Promotores de Justiça e Defensor Público, o Doutor José Gílton Pinto Garcia foi o primeiro Procurador-Geral de Justiça do Estado de Sergipe, no período de 1980/1982;

Considerando ainda que, consoante disposto no art. 6º do Ato nº 04/89 - CPJ, que trata do Colar do Mérito "Tobias Barreto", os Membros do Colégio de Procuradores de Justiça e o Procurador-Geral de Justiça farão jus ao Colar do Mérito, razão pela qual o indicado tem direito, pois apesar de exercer o cargo de Procurador-Geral de Justiça no período de 1980/1982, nunca foi agraciado com tal condecoração, tendo em vista que a instituição da mencionada insígnia ocorreu somente em 1989, ou seja, sete anos após o fim do exercício no elevado cargo de Procurador-Geral de Justiça;

Considerando que o homenageado, por seus títulos acadêmicos e por seus méritos funcionais, honra a tradição jurídica e política do Estado de Sergipe;

Considerando que o Doutor José Gílton Pinto Garcia ilustra a história do Ministério Público de Sergipe, contribuindo decisivamente para a afirmação da instituição como Órgão essencial à administração da Justiça;

Considerando, por fim, que o Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça aprovou, em Reunião Extraordinária Especial, pela unanimidade de seus Membros, a proposta de que trata a presente Resolução, resolve,

**O U T O R G A R**

Ao Doutor JOSÉ GÍLTON PINTO GARCIA o Colar do Mérito "TOBIAS BARRETO".

SALA DAS SESSÕES DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA, Edifício "Governador Luiz Garcia", em Aracaju, 18 de dezembro de 2017, 196º da Independência e 129º da República.

José Rony Silva Almeida

Procurador-Geral de Justiça

Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça





## PROCURADORES DE JUSTIÇA:

Moacyr Soares da Motta	José Carlos de Oliveira Filho
Maria Cristina da G. e S. Foz Mendonça	Rodomarques Nascimento
Luiz Valter Ribeiro Rosário	Josenias França do Nascimento
Ana Christina Souza Brandi	Celso Luís Dória Leó
Maria Conceição de Figueiredo Rolemberg	Carlos Augusto Alcântara Machado
Ernesto Anízio Azevedo Melo	Jorge Murilo Seixas de Santana
Paulo Lima de Santana	Eduardo Barreto d'Avila Fontes

### 3. CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

(Não houve atos para publicação)

### 4. CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

#### Escala de Procuradores

ESCALA DE PROCURADORES DE JUSTIÇA PARA AS SESSÕES DAS CÂMARAS CÍVEIS, DA CÂMARA CRIMINAL, DAS CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS E EXTRAORDINÁRIAS DAS CÂMARAS CÍVEIS DO MÊS DE JANEIRO DE 2018.

#### 1ª CÂMARA CÍVEL

DATA	DESIGNADO	1º SUBSTITUTO	2º SUBSTITUTO
------	-----------	---------------	---------------



08/01/18	Dr. José Elias Pinho de Oliveira	Dra. Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça	Dr. José Carlos de Oliveira Filho
09/01/18	Dra. Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça	Dr. José Carlos de Oliveira Filho	Dr. Moacyr Soares da Motta
15/01/18	Dr. José Carlos de Oliveira Filho	Dr. Eduardo Barreto D'Ávila Fontes	Dra. Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça
16/01/18	Dr. Moacyr Soares da Motta	Dr. José Carlos de Oliveira Filho	Dr. José Elias Pinho de Oliveira
22/01/18	Dr. José Carlos de Oliveira Filho	Dr. José Elias Pinho de Oliveira	Dr. Moacyr Soares da Motta
23/01/18	Dra. Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça	Dr. José Carlos de Oliveira Filho	Dr. Ernesto Anízio Azevedo Melo
29/01/18	Dr. José Elias Pinho de Oliveira	Dr. Moacyr Soares da Motta	Dr. José Carlos de Oliveira Filho
30/01/18	Dr. Eduardo Barreto D'Ávila Fontes	Dra. Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça	Dr. José Elias Pinho de Oliveira

## 2ª CÂMARA CÍVEL

DATA	DESIGNADO	1º SUBSTITUTO	2º SUBSTITUTO
08/01/18	Dr. Jorge Murilo Seixas de Santana	Dra. Ana Galgane Paes	Dr. Gilton Feitosa Conceição
09/01/18	Dr. Gilton Feitosa Conceição	Dr. Luiz Valter Ribeiro Rosário	Dr. Jorge Murilo Seixas de Santana
15/01/18	Dr. Luiz Valter Ribeiro Rosário	Dr. Gilton Feitosa Conceição	Dra. Ana Galgane Paes
16/01/18	Dra. Ana Galgane Paes	Dr. Luiz Valter Ribeiro Rosário	Dr. Jorge Murilo Seixas de Santana
22/01/18	Dr. Jorge Murilo Seixas de Santana	Dr. Luiz Valter Ribeiro Rosário	Dra. Ana Galgane Paes
23/01/18	Dr. Luiz Valter Ribeiro Rosário	Dr. Jorge Murilo Seixas de Santana	Dr. Gilton Feitosa Conceição
29/01/18	Dra. Ana Galgane Paes	Dr. Gilton Feitosa Conceição	Dr. Luiz Valter Ribeiro Rosário
30/01/18	Dr. Gilton Feitosa Conceição	Dra. Ana Galgane Paes	Dr. Jorge Murilo Seixas de Santana

## CÂMARA CRIMINAL

DATA	DESIGNADO	1º SUBSTITUTO	2º SUBSTITUTO
------	-----------	---------------	---------------



09/01/18	Dra. Maria Conceição Figueiredo Rollemberg	Dr. Newton Silveira Dias Junior	Dr. Rodomarques Nascimento
16/01/18	Dr. Newton Silveira Dias Junior	Dr. Celso Luís Dória Leó	Dra. Maria Conceição Figueiredo Rollemberg
23/01/18	Dr. Rodomarques Nascimento	Dr. Newton Silveira Dias Junior	Dr. Celso Luís Dória Leó
30/01/18	Dr. Celso Luís Dória Leó	Dra. Maria Conceição Figueiredo Rollemberg	Dr. Newton Silveira Dias Junior

**CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS/SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS DAS CÂMARAS CÍVEIS**

DATA	DESIGNADO	1º SUBSTITUTO	2º SUBSTITUTO
11/01/18	Dra. Ana Galgane Paes	Dr. José Carlos de Oliveira Filho	Dr. José Elias Pinho de Oliveira
18/01/18	Dr. Gilton Feitosa Conceição	Dra. Ana Galgane Paes	Dr. José Carlos de Oliveira Filho
25/01/18	Dr. José Elias Pinho de Oliveira	Dr. Gilton Feitosa Conceição	Dr. Jorge Murilo Seixas de Santana

Aracaju/SE, em 18 de dezembro de 2017.

Carlos Augusto Alcântara Machado

Corregedor-Geral do Ministério Público

**5. COORDENADORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

(Não houve atos para publicação)

**6. OUVIDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

(Não houve atos para publicação)

**7. PROCURADORIAS DE JUSTIÇA**

(Não houve atos para publicação)



## 8. PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

### 1ª Promotoria de Justiça Distrital - Socorro

#### Portaria de instauração de Procedimento Preparatório de Inquérito Civil

PORTARIA n.º 015/ 2017

O Ministério Público do Estado de Sergipe, aos 18 dias de dezembro de 2017, por meio da 1ª Promotoria de Justiça Distrital de Nossa Senhora do Socorro/SE, instaurou o Procedimento Preparatório de Inquérito Civil, tombado no sistema PROEJ sob o nº 56.17.01.0009, tendo por objeto apurar inexigibilidade e dispensa de licitação concernente à área de saúde no município de Nossa Senhora do Socorro/SE.

Nossa Senhora do Socorro/SE, 18 de dezembro de 2017.

Fabiana Caracalho Viana Franca

Promotoria de Justiça

### 4ª Promotoria de Justiça do Cidadão - Idoso

#### Portaria de instauração de Procedimento Administrativo

PORTARIA n.º 525/2017

O Ministério Público do Estado de Sergipe, aos 12 dias de dezembro de 2017, através da 4ª Promotoria de Justiça do Cidadão - Idoso, instaurou o Procedimento Administrativo, tombado no sistema PROEJ sob o nº 11.17.01.0371, tendo por objeto apurar a notícia de que o genitor do menor M. O. do N. solicitou junto ao CASE uma órtese para seu filho, no entanto a resposta foi negativa pela falta de fornecedores.

Aracaju, 18 de dezembro de 2017.

Cecília Nogueira Guimarães Barreto

Promotora de Justiça

### Promotoria de Defesa do Consumidor - Aracaju

#### Portaria de instauração de Procedimento Preparatório de Inquérito Civil

PORTARIA Nº 97/ 2017

A Promotora de Justiça da Promotoria de Defesa do Consumidor Euza Maria Gentil Missano Costa, no uso de uma de suas atribuições legais, com supedâneo nos arts. 127 e 129, inc. III, ambos da Constituição Federal; na Constituição do Estado de Sergipe; na Lei nº 8.625/93 - Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, na Lei nº 7.347/85, na Lei Complementar Estadual nº 02/90, e demais diplomas legislativos pertinentes à espécie, e



CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público zelar pela "defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis" (art. 127 da Constituição Federal e art. 1º da Lei nº 8.625/93);

CONSIDERANDO que é função do Ministério Público "zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia" (art. 129, inc. II, da Constituição Federal, e art. 4º inc. II da Lei Complementar Estadual nº 02/90);

CONSIDERANDO que é dever do Estado promover, na forma da Lei, a defesa do consumidor (art. 5º, inc. XXXII, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO a reclamação formulada nos autos de Notícia de Fato, PROEJ/MP n.º 10.17.01.0128, informando eventual suspensão do desconto em folha para pagamento da Unimed para os servidores, aposentados do DER/SE ;

RESOLVE instaurar o presente Procedimento Administrativo Preparatório de Inquérito Civil, nos termos da Resolução nº 008/2015-CPJ, a fim de que se proceda à apuração dos fatos acima narrados e

DETERMINA que:

I - registre-se e atue-se a presente Portaria;

II - atue como escrivã do feito, Keila Lima Feitosa, técnica do Ministério Público, especialidade Direito, lotado nesta Promotoria de Justiça;

III - encaminhe-se cópia da presente Portaria o Exmo. Sr. Dr. Coordenador-Geral do MP/SE, na forma da Resolução nº 008/2015 - CPJ e ao Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos.

IV - registre-se no PROEJ ;

V - arquite-se cópia da presente Portaria;

Aracaju/SE, 18 de dezembro de 2017.

Euza Maria Gentil Missano Costa

Promotora de Justiça

## Promotoria de Defesa do Consumidor - Aracaju

### Portaria de instauração de Procedimento Preparatório de Inquérito Civil

PORTARIA nº 97 /2017

A Promotora de Justiça da Promotoria de Defesa do Consumidor Aracaju, EUZA MARIA GENTIL MISSANO COSTA, no uso de uma de suas atribuições legais, com supedâneo nos arts. 127 e 129, inc. III, ambos da Constituição Federal; na Constituição do Estado de Sergipe; na Lei nº 8.625/93 - Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, na Lei nº 7.347/85, na Lei Complementar Estadual nº 02/90, Resolução 08/2015 do Egrégio Colégio de Procuradores do Ministério Público de Sergipe, e demais diplomas legislativos pertinentes à espécie, e

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público zelar pela "defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis" (art. 127 da Constituição Federal e art. 1º da Lei nº 8.625/93);

CONSIDERANDO que é função do Ministério Público "zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia" (art. 129, inc. II, da Constituição Federal, e art. 4º inc. II da Lei Complementar Estadual nº 02/90);

CONSIDERANDO que é dever do Estado promover, na forma da Lei, a defesa do consumidor (art. 5º, inc. XXXII, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO o teor da matéria alinhada na NF nº10.17.01.0111, indigitando a ausência de informação precisa ao consumidor em ato de compra e venda de produtos, com contratação de garantia e opção de "bindes" pela empresa POLISHOP

RESOLVE instaurar o presente Procedimento Preparatório de Inquérito Civil, nos termos do artigo 7º, II da Resolução nº 008/2015-CPJ, a fim de que se proceda à apuração dos fatos acima narrados e



DETERMINA que:

I - registre-se e autue-se a presente Portaria;

II - atue como escritã do feito, sob compromisso, KEILA LIMA FEITOSA, servidora pública estadual lotado nesta Promotoria de Justiça;

III - encaminhe-se cópia da presente Portaria ao Centro de Apoio Operacional do MP/SE, na forma do art. 15, §1º da Resolução nº 008/2015- CPJMP/SE;

IV - registre-se no PROEJ;

V - arquite-se cópia da presente Portaria;

VI - publique-se no Diário Oficial Eletrônico do MP/SE;

Aracaju/SE, 13 de dezembro de 2017

EUZA MARIA GENTIL MISSANO COSTA

Promotora de Justiça

Promotoria de Defesa do Consumidor

## 9. CENTROS DE APOIO OPERACIONAL - CAOP'S

(Não houve atos para publicação)

## 10. ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

(Não houve atos para publicação)

## 11. SECRETARIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO/DIRETORIAS

### Diretoria de Recursos Humanos

#### Extratos de Nomeações, Exonerações, Aposentações - Servidores

ATO Nº 436, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017 que exonera, a pedido, LEA ALVES SCHLINGMANN, do Cargo em Comissão de Natureza Especial de Assessor de Procurador de Justiça, símbolo MP-CCE-GP, do Quadro de Pessoal de provimento comissionado dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Sergipe, a partir de 24 de novembro de 2017.

ATO Nº 437, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017, que nomeia LEA ALVES SCHLINGMANN, para o Cargo em Comissão de Natureza Especial de Assessor de Procurador de Justiça, símbolo MP-CCE-GP, do Quadro de Pessoal de provimento comissionado dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Sergipe, a partir de 24 de novembro de 2017.

#### REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

Todos os Atos publicados nesta página estão disponíveis em sua íntegra no site [www.mpse.mp.br](http://www.mpse.mp.br). Aracaju, 18 de dezembro de 2017.

MANOEL CABRAL MACHADO NETO

SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

### Diretoria de Recursos Humanos

**EXTRATO DE ATOS ADMINISTRATIVOS**

ATO Nº 533/2017 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017 - Torna sem efeito a nomeação de RENATA SANTOS LIMA, para o cargo de Analista do Ministério Público, Área Direito, nível superior, símbolo NS-1, referência 1, em razão de desistência da posse, em caráter irretratável, expressamente manifestada.

ATO Nº 534/2017 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017 - Torna sem efeito a nomeação de MARCELA GUIMARAES SANTANA, para o cargo de Analista do Ministério Público, Área Direito, nível superior, símbolo NS-1, referência 1, em razão de desistência da posse, em caráter irretratável, expressamente manifestada.

ATO Nº 535/2017 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017 - Torna sem efeito a nomeação de CARLOS ANDRE RODRIGUES LUCENA, para o cargo de Analista do Ministério Público, Área Direito, nível superior, símbolo NS-1, referência 1, em razão de desistência da posse, em caráter irretratável, expressamente manifestada.

ATO Nº 536/2017 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017 - Torna sem efeito a nomeação de ALEX NASCIMENTO DE OLIVEIRA, para o cargo de Analista do Ministério Público, Área Direito, nível superior, símbolo NS-1, referência 1, em razão de desistência da posse, em caráter irretratável, expressamente manifestada.

ATO Nº 537/2017 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017 - Torna sem efeito a nomeação de FREDERICO JOSE DE OLIVEIRA CABRAL, para o cargo de Analista do Ministério Público, Área Direito, nível superior, símbolo NS-1, referência 1, em razão de desistência da posse, em caráter irretratável, expressamente manifestada.

ATO Nº 538/2017 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017 - Torna sem efeito a nomeação de ELIDEISE SANTOS ARAÚJO, para o cargo de Técnico do Ministério Público, Área Administrativa, nível médio, símbolo NM-1, referência 1, em razão de sua desistência, em caráter irretratável, da classificação original, de modo a ser reposicionada em último lugar na lista de classificados.

ATO Nº 514/2017 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017 - Torna sem efeito a nomeação de MIRIAM SOUZA BRITTO NETA, para o cargo de Analista do Ministério Público, Área Direito, nível superior, símbolo NS-1, referência 1, em razão de desistência da posse, em caráter irretratável, expressamente manifestada.

ATO Nº 513/2017 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017 - Tornar sem efeito a nomeação de FRANCISCO MOISES NASCIMENTO SOARES, para o cargo de Analista do Ministério Público, Área Direito, nível superior, símbolo NS-1, referência 1, em razão de desistência da posse, em caráter irretratável, expressamente manifestada.

ATO Nº 512/2017 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017 - Torna sem efeito a nomeação de CARLOS EDUARDO PEREIRA SIQUEIRA, para o cargo de Analista do Ministério Público, Área Direito, nível superior, símbolo NS-1, em razão de desistência da posse, em caráter irretratável, expressamente manifestada.

ATO Nº 511/2017 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017 - Torna sem efeito a nomeação de MÁRCIA VIEIRA SILVA MEDEIROS NUNES, para o cargo de Analista do Ministério Público, Área Direito, nível superior, símbolo NS-1, referência 1, em razão de desistência da posse, em caráter irretratável, expressamente manifestada.

ATO Nº 510/2017 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017 - Torna sem efeito a nomeação de PLÍNIO MONTEIRO DA MOTA, para o cargo de Analista do Ministério Público, Área Direito, nível superior, símbolo NS-1, referência 1, em razão de desistência da posse, em caráter irretratável, expressamente manifestada.

ATO Nº 509/2017 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017 - Torna sem efeito a nomeação de VANESSA MACHADO LORDAO, para o cargo de Analista do Ministério Público, Área Direito, nível superior, símbolo NS-1, referência 1, em razão de desistência da posse, em caráter irretratável, expressamente manifestada.

ATO Nº 508/2017 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017 - Torna sem efeito a nomeação de MARCIA CONCEICAO ANDRADE SANTOS, para o cargo de Analista do Ministério Público, Área Direito, nível superior, símbolo NS-1, referência 1, em razão de desistência da posse, em caráter irretratável, expressamente manifestada.

Todos os Atos publicados nesta página estão disponíveis em sua íntegra no site [www.mpse.mp.br](http://www.mpse.mp.br). Aracaju, 15 de dezembro de 2017.

MANOEL CABRAL MACHADO NETO  
SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

